

A mudança no sistema de informações da Prefeitura e os desafios enfrentados



Pintura por Jan Szymczuk

É com enorme prazer que a Controladoria Geral do Município – CGM apresenta a primeira edição da Revista Navegador!

O intuito da revista é informar os servidores e cidadãos das ações realizadas e mudanças no cenário da Prefeitura, disseminando o conhecimento de nossa atuação e gerando uma gestão mais transparente.

Mas você deve estar se perguntando, por que Navegador? Bem, os autores Heckert e Wilson fazem uma comparação de uma empresa – ou órgão público – com um navio, onde, no nosso caso, o Prefeito seria o comandante e o Controlador seria o navegador. Sua competência, portanto, é apontar as melhores rotas para que o navio chegue ao destino sem maiores obstáculos.

Esse é o trabalho realizado pela CGM através de suas três áreas – contabilidade, controle interno e ouvidoria – sob o comando do Controlador Geral do Município, Dr. José Dionísio Gomes da Silva.

Essa edição abordará uma entrevista com o Contador Geral do Município, Leandro Saraiva, falando sobre a mudança no sistema de informações do Município; reportes sobre atuações *in loco* do controle interno; informações gerais elaboradas pela contabilidade acerca da situação do Município; dentre outros temas.

Aceitamos dicas de assuntos a serem abordados, artigos e eventos para resenha, bem como artigos de opinião de servidores. Sua contribuição é bem-vinda!

Veja nesta edição:

[Entrevista com o
Contador Geral do Município](#)
Pg. 2

[Ações *in loco* da CGM](#)
Pg. 4

[Informações gerais e de suporte](#)
Pg. 5

A ciência contábil, como uma ciência social aplicada, deve se adequar aos avanços na economia e na sociedade ao seu redor. Basicamente, duas leis regem a contabilidade pública brasileira: a Lei Federal nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/00, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Com o intuito de tornar a Contabilidade Pública mais adequada ao cenário internacional, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e o Ministério da Fazenda iniciaram os esforços para convergência às normas internacionais quando este editou a Portaria nº 184/2008, que estabelece diretrizes para o processo.

Desde a publicação da referida Portaria, alguns passos foram dados em busca da convergência. Foram editadas as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público – NBCT SP pelo CFC no final do ano 2008. Em 2010 foi aprovado o Plano de Ação da Convergência para o Brasil pelo IFAC – *International Federation of Accountants*, ou Federação Internacional de Contadores, em português, elaborado pelo CFC e pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, com previsão para adoção para o ano de 2012 em diante.

Devemos chamar a atenção para dois pontos que mais impactaram a realidade da contabilidade do Município devido a essas alterações: (1) a reformulação e publicação pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN

dos novos manuais de contabilidade – o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e o Manual dos Demonstrativos Fiscais – MDF - que pregam obediência aos Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade; e (2) a contabilidade deixou de possuir um enfoque orçamentário para ter um enfoque patrimonial.

Esses pontos foram de fundamental importância para a mudança do sistema de informação da Prefeitura e que será esclarecido pelo Contador Geral do Município, Leandro Saraiva, em sua entrevista.

Importância e desafios na mudança do sistema de informações

Leandro Saraiva Dantas de Oliveira



Mestre em Ciências Contábeis pela UnB/UFPB/UFRN. Graduado em Ciências Contábeis e Administração Pública pela UFRN. Especialista em Gestão Estratégica de Negócios. Já atuou como Secretário Adjunto da SEMAD e como Controlador Geral Adjunto. Atualmente exerce a função de Contador Geral do Município. Professor de Ciências Contábeis na UniFACEX e UFRN.

A mudança no sistema de informação de toda a Prefeitura necessita de uma adaptação e comprometimento de todos os servidores. Quais os motivos que levaram a Prefeitura a mudar de sistema?

Precisávamos melhorar esta ferramenta de gestão. O sistema anterior só possuía o sistema contábil orçamentário, o que não atenderia as novas mudanças ocorridas na contabilidade pública, já que precisaríamos implantar os sistemas: patrimonial, custos e compensação.

Além disso, o novo sistema se apresenta como um sistema integrado entre os diversos procedimentos existentes na Prefeitura nos seus mais diversos órgãos. Por exemplo, hoje utilizamos um único sistema para a folha de pagamento, para procedimentos licitatórios, para a execução orçamentária e para controle patrimonial, o que antes não existia.

Naturalmente, com a mudança de sistema, esperamos melhoras em vários aspectos operacionais. Quais são os benefícios esperados com a implantação do novo sistema? E quais os desafios e principais pontos de adaptação dos servidores?

Ao utilizar um sistema integrado esperamos ganhar informações mais relevantes e tempestivas para a tomada de decisão. Imagine alguém gerindo uma entidade sem saber como estão os resultados, nem acompanhar as metas previstas. Toda mudança naturalmente gera desconforto no ser humano, por isso estamos realizando vários treinamentos e encontros de conscientização entre os servidores, mostrando a eles os ganhos que a sociedade terá por meio do uso das informações contábeis como

instrumentalização do controle social.

Qual a relevância do novo enfoque patrimonial da contabilidade e como o novo sistema irá nos ajudar nesse campo?

Se alguém perguntar para qualquer entidade pública qual o seu real patrimônio, todas terão uma grande dificuldade de responder, isso porque o enfoque dado até então pela administração pública sempre foi a de curto prazo, focando sempre nos aspectos orçamentários e infelizmente a contabilidade acompanhava essa realidade.

No entanto, com a implantação do enfoque patrimonial essa realidade está mudando, atualmente já se encontram demonstrações de entes públicos que já apresentam, por exemplo: depreciação, ajustes para perda no recebimento da dívida ativa, reconhecimento da totalidade dos precatórios, conta a receber decorrente do estágio de lançamento da receita, entre outros. Proporcionando dessa maneira valores mais próximos do verdadeiro patrimônio dos entes públicos. Esse é o nosso verdadeiro objetivo ao utilizar esse novo sistema, já que ele apresenta essas potencialidades para alcançarmos a nossa meta.



Inspecção na reforma da Maternidade Leide Morais

A Assessoria de Engenharia atua avaliando as obras públicas do Município do Natal em seus aspectos técnicos com o intuito de aprimorar o sistema de controle interno, verificando a conformidade processual com as exigências impostas pela legislação aplicável e realizando inclusive inspeções *in loco* visando averiguar a execução dos serviços em conformidade com o objeto contratado quando necessário.

Servidores do controle interno estiveram na Maternidade Leide Morais na manhã do dia 15 de abril visando complementar a análise processual através de visita técnica, com o intuito de constatar se a execução dos serviços estava de acordo com o contratado, com o atestado pela fiscalização e cobrado no processo de medição. A administradora da Maternidade, Senhora Rute, apresentou toda edificação à equipe da CGM. Foi possível verificar também que a Maternidade já se encontra em pleno funcionamento, inclusive possuindo alguns leitos vagos à disposição da população.



Visitas às casas lares da Aldeias Infantis SOS Brasil

Com o objetivo de fiscalizar se as informações referentes ao plano de trabalho do convênio celebrado entre a Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMTAS e as Aldeias Infantis SOS Brasil são condizentes com a realidade, representantes do Departamento de Auditoria e Departamento do Controle Interno percorreram, no dia 14 de março, as 05 casas lares beneficiadas por este convênio.

Casas lares são abrigos que acolhem crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos, que se encontram em situação de risco psicossocial. Nelas residem crianças e adolescentes que foram encaminhados pela vara da infância e juventude com o intuito de ampará-las e retirá-las de diversas situações de riscos as quais eram envolvidas até mesmo no âmbito familiar.

Na inspeção, a equipe da CGM constatou que as crianças vivem em um ambiente que garante a integridade física e social de cada um, além de conviver em um local higienizado, com alimentação de ótima qualidade. As crianças frequentam escolas da rede pública municipal e são assistidas por mulheres denominadas “mães sociais”, que acolhem cada um como filhos, dando carinho, atenção e cuidados necessários para todas as crianças que ali vivem.

*Da esquerda para a direita:
Rute, Clarissa Moura e Adailton Gomes*

Após meses de suspensão da prestação de contas pelas secretarias, o sistema e-cidade fez as alterações necessárias - de acordo com as demandas feitas pela Contadoria Geral do Município - e agora elas já estão sendo preparadas e submetidas, voltando ao procedimento normal adotado anteriormente.

Para apresentar as mudanças ocorridas nos relatórios, bem como esclarecer alguns outros pontos, foram convocados os responsáveis pela prestação de contas das Secretarias Municipais para reuniões no auditório da SEMAD.

Na primeira delas, com a presença de representantes de todas as secretarias, Leandro Saraiva, Contador Geral do Município, procedeu por explicar alguns detalhes referentes à prestação com o auxílio de Leandro Tinôco, funcionário da DBSeller, que demonstrava as adaptações feitas nos relatórios no sistema.

Visando colaborar com o processo de elaboração da prestação de contas, a Contadoria elaborou um manual que buscou orientar os servidores, explicando de forma pormenorizada os procedimentos que devem ser adotados para que a prestação de contas atenda as exigências da Controladoria, inclusive com *printscreens* e caminhos no

sistema. Esse manual foi enviado para todas as secretarias por e-mail.

Apesar das orientações e pedidos de urgência na regularização das pendências do exercício de 2015, muitas secretarias ainda se encontram com prestações de contas em atraso.

Entendemos que ainda existem problemas nos dados, porém, conforme contato por e-mail pela Contadoria, orientou-se as secretarias a prestarem contas do exercício de 2015 imediatamente, deixando os ajustes necessários para o exercício seguinte.

É válido ressaltar o apelo do Contador Geral do Município na urgência da resolução das pendências para garantir a fidedignidade dos dados, inclusive dispondo toda a equipe da Contadoria para ajudar.

Orientamos que as secretarias busquem o quanto antes resolver essas pendências visando evitar problemas futuros com seus dados e colaborar com o aperfeiçoamento do sistema de dados e com a correta representação de dados contábeis da Prefeitura.



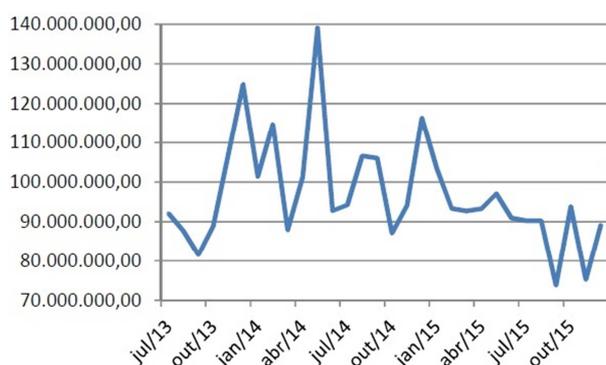
Limite de Despesa com Pessoal já se encontra em níveis preocupantes

A Lei de Responsabilidade Fiscal estipula que o máximo que a Receita Corrente Líquida – RCL pode ser comprometida com Despesa com Pessoal é 54%. (1º anexo do RGF – Relatório de Gestão Fiscal, publicado quadrimestralmente)

Com a publicação referente ao primeiro quadrimestre de 2016, o Município comprometeu 53,97%. Atingindo o limite prudencial (51,30%) e estando próximo do limite máximo.

As implicações ao Município caso ele atinja o limite máximo são consideráveis, incluindo a impossibilidade de receber transferências voluntárias – ex. recursos de convênios – enquanto perdurar o excesso de gastos.

O percentual vem crescendo consideravelmente com o passar dos quadrimestres devido, principalmente, a decréscimo das transferências correntes, conforme demonstra o gráfico a seguir.



Suporte à Gestão

O intuito dessa seção é informar à Prefeitura as ações desenvolvidas pela Controladoria Geral do Município com o intuito de auxiliar a gestão em seus processos, primando pela eficiência.

Comissão Permanente de Controle Social e Transparência de Gestão - CPCSTG

A Comissão tem o objetivo de orientar os servidores das secretarias que formalizam os processos de despesas públicas, tirando dúvidas em eventuais processos que apresentem ressalvas ou diligências e outros aspectos gerais sobre contratos, processos licitatórios, convênios, etc. A comissão está disponível para realizar reuniões, internas e externas, de segunda a sexta-feira a partir das 14h. Os servidores podem procurar os membros Ana Maria, Renata e Adailton na CGM. Para maiores informações: 3232-5836.

Estudos contábeis na Contadoria Geral do Município

A Contadoria, juntamente com os demais membros da Comissão Grupo de Trabalho e Procedimentos Contábeis do Município de Natal - GTCON vem realizando desde junho de 2015 encontros periódicos com o objetivo de estudar aspectos relacionados à contabilidade pública.

Os encontros já cobriram assuntos como despesas com pessoal, receita corrente líquida e plano de contas aplicado à contabilidade pública, só para citar alguns.

Estas reuniões são abertas a servidores e membros externos e indicados para qualquer contador ou profissional de área semelhante que pretenda se atualizar e compartilhar conhecimentos sobre contabilidade pública.

Prefeito: Carlos Eduardo
Controlador Geral: José Dionísio Gomes da Silva

Controlador Geral Adjunto: Douglifan Queiroz / Chefe de Gabinete: Renata Gomes / Chefe de Ass. Jurídica: Danielly Dantas / Contador Geral: Leandro Saraiva / Ouvidora Geral: Raissa Liegge / Diretora do Dep. Controle Interno: Janice Monteiro / Diretor Dep. Auditoria: Roberto Sousa Lima / Assessor de Controle Interno: Victor Godeiro